



Recensão /Review

**PRIGNANO, Mario – *Antipapi. Una storia della Chiesa.*
Bari-Roma: Laterza, 2024, 229 pp.**

Francesco Renzi

Universidade Católica Portuguesa,
Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR)
1649-023; Lisboa; Portugal

CITCEM
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
4150-564; Porto; Portugal

frrenzi@ucp.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9470-3457>

Data recepção do artigo / Received for publication: 13 de Junho de 2025

DOI: <https://doi.org/10.34619/aj1m-bxan>



Jornalista profissional da RAI-Radiotelevisione italiana e historiador, Mario Prignano apresenta, no seu livro *Antipapi. Una storia della Chiesa*, uma imagem inovadora dos assim-chamados *antipapas*, abrangendo um vasto arco cronológico entre os séculos III e XV. A obra insere-se num quadro de renovação historiográfica que, graças aos trabalhos de historiadores internacionais como M. Stroll, H. Müller, J. Rollo-Koster ou Umberto Longo, entre muitos outros investigadores citados no livro, contribuiu para desmistificar os lugares-comuns historiográficos sobre estas figuras. Vistas como personagens obscuras, heréticas, corruptas e relegadas para as margens da história da Igreja Católica antiga e medieval, Mario Prignano demonstra claramente, logo no prefácio da obra, como os *antipapas* foram, pelo contrário, figuras de extraordinária importância (pp. VII-XI). Segundo o princípio de heterogénese dos fins, a rivalidade entre mais de um candidato ao sólio pontifício foi até um *motor* na história da Igreja, na medida em que permitiu afinar instrumentos teológicos, eclesiológicos e normativos. Por exemplo, sem a presença de figuras como o *antipapa* Bento X (1058-1059), chamado de *Mincio*, ou seja, *Minchione* (termo vulgar que não será aqui traduzido, mas que fará sorrir ou embaraçar, segundo os pontos de vista, o leitor nativo ou fluente em italiano), não teria provavelmente havido a reforma do processo de eleição papal, na segunda metade do século XI (pp. 85-87). Uma história da Igreja que, portanto, não foi nem linear nem pacífica, antes rica de contradições e conflitos, e que pode ser estudada com maior eficácia (e fora de uma perspectiva apologética e finalística; basta pensar na *aventurosa* figura de Anastácio “O Bibliotecário”, provavelmente na origem da lenda da *papisa* Joana, pp. 50-55) graças à investigação sobre estas personalidades, interpretadas não como *categoria* histórica ou analisadas com uma intenção biográfica, mas como parte integrante da história da Igreja Católica (pp. X-XI; 74-77).

Uma primeira e importante contribuição do autor é a de explicar como a própria definição de *antipapa* não é científica e academicamente válida, na medida em que está carregada de um forte preconceito moral (pp. IX-X). Os *antipapas* eram, em

suma, os candidatos ao sólio de Pedro que perderam a batalha contra os seus adversários, por razões de ordem teológica, política ou militar, como afirmado também pelo historiador italiano Tommaso di Carpegna Falconieri¹, mas que tiveram um próprio consenso, espaço e papel ativo dentro da Igreja. Assim o demonstram, aliás, as numerosas dificuldades no preenchimento das listas oficiais dos papas no *Anuário Pontificio*, em que vários pontífices só foram considerados ilegítimos séculos depois da própria morte. Relembre-se, entre outros, o caso de Bonifácio VII (974; 984-985), que só em 1903 se viu expulso da lista dos papas legítimos (pp. 66-71). Segundo Mario Prignano, é possível utilizar a expressão de *antipapa*, mas só como compromisso linguístico por razões práticas e de comodidade em relação a outras definições, mas sempre com a consciência dos seus limites e com cuidado historiográfico, tal como para outras expressões como *bispo de Roma*, *papa* ou *Sede Apostolica*, que aparecem em determinadas alturas cronológicas e cuja história e significado o autor revisita, a partir das fontes (pp. 3-8; 17; 19-20).

Um dos méritos principais do livro é mostrar como os *antipapas* não foram episódios exóticos da história da Igreja, mas o resultado de processos históricos determinados e que devem ser estudados com muita atenção. Sublinho quatro elementos. Em primeiro lugar, Mario Prignano mostra como uma das causas do surgimento de mais do que um candidato à sucessão petrina podia decorrer de divisões internas entre os cristãos, como aconteceu com a questão dos *lapsi*, os cristãos que tinham abjurado durante as perseguições e que queriam ser readmitidos na comunhão da Igreja. Assim o atesta a experiência da heresia de Novaciano (251-258) e os casos que contrapuseram Hipólito (conhecido como o primeiro *antipapa* da história, 217-235) e Calisto I (218-222), Libério (352-366) e Félix (355-365) ou ainda Ursino (366-367) e Dâmaso (366-384). Deste último conflito sairia vencedor Dâmaso, o papa que encomendou a *Vulgata* e fixou os princípios do Primado Romano no famoso passo neotestamentário de Mateus 16, 18-19, que constituirá a base das reivindicações romanas ao longo da Idade Média (pp. 9-22).

¹ DI CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso – “Popes through the Looking Glass, or ‘Ceci n’est pas un pape’”. *Reti Medievali* 13 (2012), pp. 121-136.

O segundo elemento ligado à presença dos *antipapas* foi certamente a rivalidade entre famílias aristocráticas romanas, de que autor analisa a transformação e as diferenças ao longo dos séculos, mostrando ter assimilado as lições de historiadores como C. Wickham e J.-C. Maire Vigueur, citados no livro (pp. 63-64; 151-157), e que, na Alta Idade Média, quase se configuravam já como dinastias, no apoio a numerosos pontífices, como demonstram, por exemplo, as relações de parentesco entre alguns papas, ou aspirantes, no século IX (pp. 49-50). Mario Prignano não esconde os problemas ligados a esta osmose entre aristocracias e estruturas eclesiásticas – conhecida pela historiografia com o termo alemão de *Adelpapsttum* (pp. 65-72) –, que podia gerar mais do que um candidato papal, expressão dos interesses dos vários grupos romanos. Mas, ao mesmo tempo, o autor oferece uma leitura muito mais interessante de períodos como o século X, que, graças aos trabalhos de historiadores como G. Vignodelli e R. McKitterick², já não deve ser mais considerado como o *século obscuro* da Idade Média. Certamente, famílias romanas como os Teofilatti, Tuscolani ou os Crescenzi tentaram exercer um controlo sobre o Papado e não faltaram episódios de violência ou corrupção. Contudo, Mario Prignano evita uma interpretação moralista deste período, integrando-o no contexto da crise que se segue à dissolução do Império Carolíngio e mostrando como estas famílias contribuíram também para a estabilização das estruturas eclesiásticas romanas. Até no século X, marcado por figuras controversas como os papas João XII (955-964) e Leão VIII (964-965), ambos considerados papas legítimos, apesar do conflito em que estiveram envolvidos (pp. 66-69), Roma não perdeu a sua liderança na Cristandade e deu lugar, com o apoio decisivo das aristocracias, a reformas monásticas na *Urbs* conduzidas por Cluny (pp. 55-65).

Como terceiro elemento, a questão da relação com os poderes imperiais que caracterizou a história do Papado desde o século IV e a progressiva Cristianização do Império Romano. Novamente, o fator positivo do livro que importa ressaltar é o constante empenho do autor em oferecer quadros aprofundados dos problemas,

² MCKITTERICK, Rosamond – “The Church”. In REUTER, Timothy (ed.) – *The New Cambridge Medieval History*, vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 130-161; VIGNODELLI, Giacomo – “*Milites Regni*: aristocrazie e società tripartita in Raterio da Verona”. *Bullettino dell’Istituto storico italiano per il Medio Evo* CIX/1 (2007), pp. 97-150.

ultrapassando etiquetas como a do *cesaropapismo*, termo cunhado no século XVII no manual de teologia protestante de Justus Henning Böhmer³. Isso não quer dizer que os imperadores romanos, bizantinos, carolíngios, otões ou da casa de Francónia não tivessem procurado intervir na escolha do pontífice romano; mas a ação imperial não seguiu sempre a mesma estratégia ao longo dos séculos X-XII (veja-se por exemplo a análise de Mario Prignano nas pp. 73-82; 124-125) e teve múltiplas consequências na política romana. A intervenção imperial podia ser vista como uma maneira de libertar o Papado do poder das famílias aristocráticas e comportou também a ascensão ao sólio pontifício de figuras inovadoras e reformadoras como Gerberto de Aurillac, papa com o nome de Silvestre II. Para além disso, foi a ação do rei da Alemanha e futuro imperador Henrique III que deu um impulso decisivo às reformas da Igreja em 1046 (pp. 59; 74-76; 79-82).

Há um ponto que merece um destaque particular. Mario Prignano mostra muito claramente como tanto os papas como os *antipapas* apoiados pelos imperadores não eram *fantoques*, mas eclesiásticos dotados de grandes capacidades e com objetivos próprios, que nem sempre coincidiam com os interesses imperiais (pp. 105-107). O caso mais clamoroso é o do *antipapa* Wiberto/Clemente III, eleito em 1080 em Brixen e que será o rival de quatro papas, Gregório VII (1073-085), Vítor III (1086-1087), Urbano II (1088-1099) e Pascoal II (1099-1118), até à sua morte, ocorrida em 1100. Wiberto/Clemente III foi um papa *reformador* que ganhou o favor de uma parte considerável do clero romano através da luta contra a simonia e o concubinado e que morreu em *fama sanctitatis*. O oposto, pois, da imagem obscura do *antipapa*, alimentada pela propaganda dos seus adversários. Uma fama de santidade tal, que obrigou Pascoal II a dispersar os ossos do cadáver do seu rival no rio Tibre em Roma e a destruir o sepulcro de Wiberto/Clemente III, onde, dizia-se, ocorriam eventos milagrosos (pp. 105-106). Praticamente um *antipapa* santo. Uma obra de *damnatio memoriae*, que previa também formas de humilhação pública e de condenação literária através de obras como o *Liber Pontificalis*, inaugurada em Roma contra o *antipapa* Constantino II (767-768, pp. 38-42) e que atingirá outros

³ DRAGON, Gilbert – “Cesaropapismo”. In *Federiciana*. Roma: Treccani, 2005 [Consultado a 13 Junho 2025]. Disponível em https://www.treccani.it/vocabolario/ricerca/cesaropapismo/#google_vignette.

antipapas como João XVI (João Filagato, 997-998, pp. 71-72) e o ex-arcebispo de Braga, Maurício *Burdino*/Gregório VIII (1118-1121) (pp. 112-116).

O quarto e último elemento é a questão das modalidades de eleição papal, que desde o século V constituía um problema enorme em Roma e que nem as intervenções de Estêvão III (768-772), ou dos imperadores Luís “O Piedoso” e Lotário I com a *Constitutio Romana* (824), ou de Otão I com o *Privilegium Othonis* (962) (pp. 24-25; 30-36; 47; 66), conseguiram resolver. No livro, analisa-se com grande detalhe a questão do *Decretum in electione papae* de 1059, que assumiu contornos fundamentais na história da Igreja dos séculos XI e XII. Nascido como legislação de emergência do *grupo reformador* da Igreja contra as aristocracias romanas após a morte do imperador Henrique III e a promoção de Bento X, o *Decretum* reservava, pela primeira vez, aos cardeais e, em particular, aos cardeais-bispos, o direito exclusivo de eleição papal (pp. 88-91). Mario Prignano evidencia como o *Decretum* não só não resolveu os problemas das duplas eleições papais como, pelo contrário, por um conjunto diverso de factores, deu origem a uma espécie de *idade dos antipapas*, mais precisamente 13, entre 1059 e 1179 (pp. 92-93). Em primeiro lugar, porque o *Decretum* não foi aplicado nem sequer pelo *grupo reformador* (ou foram aplicadas só as suas exceções), o que mostra quanto é historiograficamente *enganador* considerar um papa medieval como o candidato canonicamente legítimo; segundo esta abordagem, como bem nota o autor, o próprio Gregório VII seria um *antipapa*, visto que foi eleito de maneira manifestamente irregular (pp. VIII-IX; 94). Em segundo lugar, a exclusão do clero e do povo de Roma da eleição pontifícia provocou uma fratura enorme na cidade (com o nascimento da *Romana Fraternitas*, por exemplo, p. 92), e que teve também como resultado a promoção de candidatos alternativos aos escolhidos pelos cardeais, como aconteceu com Maginulfo/Silvestre IV (1105-1111) no início do século XII, apoiado pelo clero e pelo povo de Roma (pp. 110-112). Em terceiro, o *Decretum* era demasiado inconsistente na definição do papel do imperador e da sua corte; tanto que nesse âmbito começou a circular uma versão alternativa do mesmo *Decretum* de 1059. Estas tensões já se manifestaram no *Cisma* de 1061-1064 entre Alexandre III e o *antipapa* Honório II, o bispo de Parma Cadalo (pp. 95-96). Por fim, último elemento, os conflitos internos ao colégio cardinalício e a rivalidade entre cardeais-bispos, por um lado, e cardeais-presbíteros

e diáconos, por outro, e o conflito sobre a interpretação do *Decretum* entre *melior et sanior* e *maior pars*, que foi uma das causas do Cisma de 1130, entre Anacleto II e Inocêncio II, dois papas cujas visões eclesiológicas não divergiam, como sustentado pela historiografia tradicional (pp. 119-121). Na sua análise, Mario Prignano não só demonstra toda a inadequação do modelo de H. Klewitz e F.-J. Schmale (a contraposição entre novos e velhos gregorianos), como o facto de este Cisma se ultrapassar, não por ser claro quem era legítimo canonicamente, mas porque Anacleto II morreu antes, deixando o campo aberto para Inocêncio II, à semelhança do que acontecerá mais tarde entre Alexandre III e Vítor IV (pp. 125-127). Não ter um processo claro de eleição implicava inevitavelmente o risco de ter mais do que um papa.

O autor investiga como se saiu desta situação de *impasse* e porque no século XIII o problema já não foi os *antipapas*, apesar da persistência do duro conflito entre Papado e Império como nos séculos XI e XII, mas as vacâncias do poder papal, às quais se tentou remediar, inicialmente sem grande sucesso, com a instituição do Conclave em 1274. Segundo Mario Prignano, as causas desta mudança foram múltiplas: a promoção da *De licet vitanda* de Alexandre III em 1179, que eliminava as diferenças entre as várias tipologias de cardeais e estabelecia uma maioria de dois terços para a eleição pontifícia; a redução do número de cardeais; a evolução da eclesiologia romana no século XIII (o papa como vigário de Cristo) e o seu conflito com a ideia do poder imperial como um poder divino (como no caso de Frederico II Hohenstaufen), que não mais precisava da mediação do papa e, portanto, do imperador eleger um seu candidato; a maior definição do direito e do conceito de legalidade; por fim, a pregação das Ordens Mendicantes (pp. 131-144). Estas últimas tiveram um papel essencial na estabilização da autoridade papal no século XIII, ao ponto de o único *antipapa* do século XIV antes do Cisma de Ocidente, Nicolau V (1328-1330), ter surgido precisamente devido às tensões com uma parte do mundo franciscano, das quais se tentou aproveitar o imperado Luís “O Bávaro” (pp. 145-151).

A obra conclui-se com mais dois interessantes capítulos. Um sobre o destino dos papas na fase conclusiva do Cisma de Ocidente (1378-1417) – e, em particular, no Concílio de Constança (1415-1418), que Mario Prignano define como “o maior

evento da Idade Média” (p. 191) – e na fase delicada do Conciliarismo (pp. 155-185). O autor, além de reconstituir atentamente o contexto do Cisma, com uma interessante crítica às fontes sobre a dupla eleição de Urbano VI e Clemente VII e do papel do povo de Roma nos eventos da primavera de 1378 (pp. 165-170), descreve de forma incisiva as trajetórias dos vários pontífices entre 1415 e 1449. Gregório XII, que Mario Prignano define como “o papa não mais papa” e que ao abdicar favoreceu a resolução do Cisma, obteve uma dignidade eclesiástica e ainda hoje consta na lista dos papas oficiais (p. 202). João XXIII foi deposto e aprisionado em circunstâncias dramáticas durante o Concílio de Constança, que ele próprio tinha convocado sob pressão do rei da Alemanha Sigismundo, o que não impediu que só passasse a ser considerado como *antipapa* a partir de 1947, com a declaração de ilegitimidade do Concílio de Pisa de 1409 e dos seus papas (Alexandre V e João XXIII), o que permitirá a Angelo Roncalli assumir o nome de João XXIII em 1958 (pp. 185-191; 205-206). O *antipapa* Bento XIII, o ibérico Pedro de Luna, após a condenação em Constança, continuará a considerar-se o papa legítimo até à sua morte, em 1423; a sua obediência, de forma quase lendária, sobreviverá na zona de Rodez, no sul da atual França (pp. 206-208). O autor conclui com a análise da complexa figura de Félix V (pp. 211-215), o último *antipapa*, dado que os desenvolvimentos eclesiológicos, administrativos e hierárquicos da Igreja Católica por um lado e as Reformas Protestantes, por outro, acabaram por tornar obsoleta a figura do *antipapa*, quase como um vestígio do passado (pp. 215-219).

Em conclusão, trata-se de um livro de grande qualidade e interesse, mesmo se em alguns pontos o autor pudesse ter sido mais preciso ou incisivo. Por exemplo, teria sido interessante notar a coincidência entre algumas medidas da *De Licet Vitanda* de 1179 e a versão imperial do *Decretum* de 1059, que teria ulteriormente reforçado a crítica do autor à abordagem teleológica da história (pp. 103; 131-132). Também no caso do *Dictatus Papae* (p. 100), a visão da historiografia mais atualizada, desde os estudos de H. Mordek, O. Capitani e G. M. Cantarella⁴, tende a relembrar que não se

⁴ MORDEK, Hubert – “*Dictatus papae* e *proprie auctoritates apostolice sedis*. Intorno all'idea del primato pontificio di Gregorio VII”. *Rivista di storia della chiesa in Italia* 28 (1974), pp. 1-22; CAPITANI, Ovidio – “Gregorio VII, santo”. In *Enciclopedia dei papi*. Roma: Treccani, 2000, pp. 146-160; CANTARELLA, Glauco Maria – “Revisando el *Dictatus Pape* de Gregorio VII”. In RENZI, Francesco; GOMES, Joana; AMARAL, Luís Carlos (eds.) – *Igrejas, poderes e territórios. Novas*

conhece a natureza exata desta fonte e que existem outros documentos, como as *Proprie Auctoritates Apostolice Sedis*, que mostram uma diferenciação da eclesiologia de Gregório VII posterior ao *Dictatus Papae*; uma eclesiologia que nos séculos XI-XII foi mais problemática dentro das estruturas da Igreja do que o autor parece considerar (p. 107). Finalmente, duas pequenas notas de geografia eclesiástica e uma editorial. Por um lado, acho que teria sido mais adequado falar de Braga não como localidade da Galiza ao tempo de Maurício *Burdino* (p. 112), mas como sede metropolitana da *Gallaecia* (uma área diferente e mais ampla que a Galiza moderna), dado que as noções de Galiza e Portugal estavam ainda em construção no século XII⁵. Por outro teria sido útil, além dos índices (pp. 221-229), ter também uma bibliografia final para se poder consultar mais detalhadamente o livro.

Trata-se apenas de pequenas notas à margem de um livro de grande valor, que não só representa uma excelente investigação para o mundo académico (onde muitos dos lugares-comuns historiográficos criticados por Mario Prignano, infelizmente, estão ainda tremendamente presentes), como oferece também interessantes percursos didáticos e de metodologia para os estudantes. Por fim, a sua escrita, que não deixa de ter aquelas saudáveis doses de ironia que a historiografia parece hoje ter esquecido (pp. 85-86; 148-149), faz também deste livro um exemplo de altíssima divulgação para os apaixonados de história.

Uma leitura, portanto, vivamente aconselhada.

perspetivas sobre as relações entre o poder e as igrejas na Europa medieval (séculos XI-XV). Porto: CITCEM-Afrontamento, 2023, pp. 13-28.

⁵ PORTELA SILVA, Ermelindo – *El báculo y la ballesta. Diego Gelmírez (c. 1065-1140)*. Madrid: Marcial Pons, 2017, pp. 34-35; AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: FLUP, 2007. Tese de Doutoramento. pp. 403-404.

Referências bibliográficas / Bibliographical references

Estudos / Studies

AMARAL, Luís Carlos – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: FLUP, 2007. Tese de Doutoramento.

CANTARELLA, Glauco Maria – “Revisando el *Dictatus Pape* de Gregorio VII”. In RENZI, Francesco; GOMES, Joana; AMARAL, Luís Carlos (eds.) – *Igrejas, poderes e territórios. Novas perspectivas sobre as relações entre o poder e as igrejas na Europa medieval (séculos XI-XV)*. Porto: CITCEM-Afrontamento, 2023, pp. 13-28.

CAPITANI, Ovidio – “Gregorio VII, santo”. In *Enciclopedia dei papi*. Roma: Treccani, 2000, pp. 146-160.

DI CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso – “Popes through the Looking Glass, or ‘Ceci n’est pas un pape’”. *Reti Medievali* 13 (2012), pp. 121-136.

DRAGON, Gilbert – “Cesaropapismo”. In *Federiciana*. Roma: Treccani, 2005, [Consultado a 13 Junho 2025]. Disponível em https://www.treccani.it/vocabolario/ricerca/cesaropapismo/#google_vignette.

MCKITTERICK, Rosamond – “The Church”. In REUTER, Timothy (ed.) – *The New Cambridge Medieval History*, vol. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp. 130-161.

MORDEK, Hubert – “*Dictatus papae* e *proprie auctoritates apostolice sedis*. Intorno all’idea del primato pontificio di Gregorio VII”. *Rivista di storia della chiesa in Italia* 28 (1974), pp. 1-22.

PORTELA SILVA, Ermelindo – *El báculo y la ballesta. Diego Gelmírez (c. 1065-1140)*. Madrid: Marcial Pons, 2017, pp. 34-35.

VIGNODELLI, Giacomo – “*Milites Regni*: aristocrazie e società tripartita in Raterio da Verona”. *Bullettino dell’Istituto storico italiano per il Medio Evo* CIX/1 (2007), pp. 97-150.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

RENZI, Francesco – “PRIGNANO, Mario – *Antipapi. Una storia della Chiesa*. Bari-Roma: Laterza, 2024, 229 pp.”. *Medievalista* 38 (Julho – Dezembro 2025), pp. 333-343. Disponível em <https://revistas.fcsh.unl.pt/medievalista>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).